



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

7º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA
DE PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

E

3º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA
DE PROCURADOR DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

PROVA ESCRITA GERAL

CADERNO DE QUESTÕES

- Será permitida consulta à legislação brasileira, não-comentada e não-annotada, sendo vedada especificamente a utilização das edições do Código Civil e do Código de Processo Civil anotados pelo Professor Theotônio Negrão.
- Somente serão admitidas referências a outros textos legais, a Exposições de Motivos e a Enunciados das Súmulas de Jurisprudência dos Tribunais, cabendo à Comissão vedar a utilização do material que entender em desacordo com esta norma.
- Admitem-se livros de legislação que tragam mera referência a decisão de declaração de inconstitucionalidade de normas. Não será permitida, no entanto, a consulta a livros que mencionem fundamentos da decisão.
- Será vedada a utilização de material de consulta que contenha folhas ou trechos com anotações ou comentários de qualquer natureza.
- Não será admitida consulta à legislação estrangeira.
- Não será permitido o uso de qualquer processo eletrônico de consulta à legislação ou de aparelhos que permitam aos candidatos qualquer tipo de comunicação de voz ou de dados, como celulares, rádios e similares, nem de líquido corretor, caneta tinteiro, hidrográfica ou fluorescente.
- O descumprimento das normas acarretará a exclusão do candidato, na forma do artigo 19 do Regulamento do Concurso.

Rio de Janeiro, 03/04/2011



Prova de Direito Administrativo

1ª Questão (50 pontos)

Procurador da administração pública direta emite parecer, no exercício da função prevista no art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, pela aprovação da minuta de contrato de obra pública, a realizar-se com dispensa de licitação, o que vem a ser acolhido pelo ordenador de despesa, que a autoriza. Em curso a execução do contrato, terceiro representa ao Tribunal de Contas competente, apontando ilegalidade na dispensa de licitação, seguindo-se decisão do relator que determina: a) a suspensão do contrato até ulterior deliberação da Corte de Controle; e (b) a apuração de responsabilidade. Examine a responsabilidade do Procurador que emitiu o parecer jurídico favorável à contratação direta, à vista de precedentes específicos do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.

2ª Questão (50 pontos)

A motivação, hoje princípio dos mais importantes do Direito Público, tem uma expressa previsão constitucional para as decisões judiciais.

Indaga-se, portanto:

1º - Este princípio constitucional é extensivo às decisões administrativas e às decisões legislativas?

2º - Quais as vinculações jurídicas a que estão sujeitas a formulação legislativa e a execução administrativa de políticas públicas, como observância deste princípio e se tais vinculações constituem condições de validade?



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

7º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE PROCURADOR
DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO E 3º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL
DA CARREIRA DE PROCURADOR DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

Prova de Direito Processual Civil

1ª Questão (50 pontos)

Quais os limites ao reconhecimento *ex officio*, em fase recursal, de nulidades ocorridas no primeiro grau de jurisdição?

2ª Questão (50 pontos)

Discorra o candidato sobre os efeitos da sentença de mérito em relação ao assistente.



Prova de Direito Constitucional

1ª Questão (50 pontos)

Descreva os mecanismos de controle de constitucionalidade que podem levar o Supremo Tribunal Federal a proferir decisão com efeitos *erga omnes* acerca de uma lei municipal.

2ª Questão (50 pontos)

O Prefeito pretende assumir a gestão de um rio, no âmbito do território municipal, para minimizar frequentes problemas de transbordamentos que afetam a população local. A Procuradoria Geral do Município foi consultada sobre a matéria. Como Procurador do Município, manifeste-se sobre:

- a) os fundamentos que autorizariam a adoção da medida;
- b) qual o ente federativo (ou entes federativos) com o qual (ou os quais) o Município deverá entabular entendimentos;
- c) os mecanismos para viabilizar a providência.



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

7º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE PROCURADOR
DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO E 3º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL
DA CARREIRA DE PROCURADOR DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

Prova de Direito Civil e Empresarial

1ª Questão (50 pontos)

O adimplemento substancial é capaz de afastar a exceção de contrato não cumprido?
Responda, fundamentadamente.

2ª Questão (50 pontos)

É transmissível, *mortis causa*, o direito de indenização por dano moral? Responda,
fundamentadamente.



Prova de Direito Financeiro e Tributário

1ª Questão (50 pontos)

A União Federal negou pedido de autorização formulado pelo Poder Executivo de município da Federação Brasileira para a realização de operações de crédito. Alegou a União Federal o descumprimento, pelo Poder Legislativo Municipal respectivo, do percentual máximo da receita corrente líquida relativa a despesas com pessoal, de 6% (seis por cento), previsto no art. 20, III, “a” da Lei Complementar Federal nº 101/2000, embora o limite global de 60% (sessenta por cento) do art. 19, III da Lei Complementar Federal nº 101/2000, previsto para o ente federativo respectivo como um todo, não tenha sido excedido. Considerando que há manifesta urgência pelo município para a celebração das operações de crédito, o Prefeito consulta a Procuradoria Geral do Município acerca da possibilidade de êxito de questionamento, por meio de ação judicial, da atitude adotada pela União. Manifeste sua opinião a respeito.

2ª Questão (50 pontos)

A Secretaria Municipal de Fazenda encaminha consulta à Procuradoria do Município, solicitando orientação quanto à possibilidade de instaurar a cobrança do IPTU sobre imóvel titularizado por entidade sindical, no qual se encontra estabelecida uma concessionária de automóveis. Como Procurador do Município, qual orientação você daria à Secretaria de Fazenda. Fundamente.



Prova de Direito do Trabalho, Previdenciário e Processual do Trabalho

1ª Questão (50 pontos)

Ana, aprovada em concurso público de provas e títulos, foi contratada em 2 de maio de 2010 para o emprego de auxiliar administrativo em sociedade de economia mista municipal, com celebração de contrato de experiência, pelo prazo de 90 (noventa) dias, tendo realizado exame médico admissional, nos termos da lei, que concluiu pela sua aptidão física e capacidade laborativa.

Ao término do contrato de experiência, seu superior hierárquico encaminhou ao gerente de pessoal proposta de desligamento, o que foi aceito.

A servidora procurou o sindicato de classe, que interpelou a empresa questionando-a pela falta de motivação no desligamento e pelo fato de a empregada estar grávida.

Como Procurador do Município, que orientação você daria à empresa?

2ª Questão (50 pontos)

Antônio, contratado por empresa pública municipal em 1999, teve sua jornada de trabalho reduzida, a partir de 1º de abril de 2008, de 8 (oito) para 6 (seis) horas, com redução proporcional do salário.

A empresa pública foi transformada em autarquia em 1º de fevereiro de 2009, tendo todos os seus empregados sido transpostos para o regime jurídico estatutário.

Em 1º de março de 2011, Antônio ajuizou reclamação trabalhista visando ao pagamento das diferenças salariais decorrentes da redução de jornada.

Foi válida a alteração contratual? Ocorreu prescrição?

Justifique e fundamente todas as respostas.